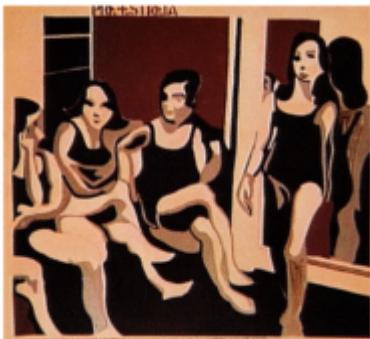


Parentalidade



Por **VERA IACONELLI***

Apresentação do livro recém-lançado.

Sobre as origens: muito além da mãe

Em dezembro de 1958, na reunião da Associação Psicanalítica Americana em Nova York, a psicanalista húngara Therese Benedek profere a palestra intitulada “Parentalidade como uma fase de desenvolvimento: uma contribuição para a teoria da libido”, na qual pensa o termo “parentalidade” a partir de uma perspectiva desenvolvimentista. Como o título explicita, a autora defenderá uma fase de desenvolvimento libidinal ligada a tornar-se pai/mãe, o que nos coloca diante da inevitável questão sobre o que se poderá dizer dos sujeitos que não tiverem filhos.

Afinal, diferentemente da infância e da adolescência, a parentalidade é contingencial, e sua ausência não pode ser suposta como limitação. Benedek é uma autora importante, que tem contribuições significativas para o pensamento psicanalítico e feminista, mas, como todos nós, não está livre das suposições de seu tempo. Dito isso, cabe recomendar a leitura de seu trabalho, cujos *insights* sobre a relação entre pais e filhos - principalmente mães e seus bebês - são de grande valor.

Introduzo o primeiro volume da Coleção Psicanálise & Parentalidade citando a autora que teria cunhado o termo “parentalidade” com o intuito de apontar para o fato de que, nesses mais de sessenta anos, seu uso tem se prestado a interpretações divergentes, sem perder, contudo, a relevância.

Dois equívocos no trato do termo saltam aos olhos. Um no qual seassocia parentalidade à instrumentalização da paternidade/maternidade, bem ao modo do discurso universitário, conforme descrito por Lacan, no qual o saber é adquirido sem restos ou arestas, replicável, garantido e dessubjetivado. Para completar, o “saber-fazer” da parentalidade seria adquirido a preços módicos, ao gosto capitalista. O outro equívoco diz respeito à suposição de que a parentalidade se resume à relação entre a mulher/mãe e seu bebê, hipervalorizada desde o século XVIII, como nos aponta a filósofa Elisabeth Badinter no já clássico *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (1980). Dito isso, nos cabe introduzir a forma como entendemos a parentalidade e justificar a escolha de abordá-la pela psicanálise.

Se nos anos 1960 - e até muito recentemente - a balança da parentalidade pesava fortemente para o lado do laço mãe-bebê, os anos 2000 viram surgir questões sobre gênero, racialidade, vulnerabilidade social e cultura impossíveis de ignorar. Até então, a relação entre a mãe e seu bebê (preferencialmente o biológico) - cujos estudos foram fundamentais para entender a constituição do sujeito - servia de paradigma da parentalidade. Outras configurações como: mães/pais adotantes e seus bebês adotados; cuidadores sem parentesco com o bebê; famílias com configurações de gênero ou orientação sexual fora do padrão cisgênero/heterossexual; reprodução medicamente assistida, enfim, temas recorrentes da clínica atual, eram vistos como desvios da norma. O pai, a mãe e seu bebê biológico serviriam como gabarito da situação ideal, e as demais situações, como arremedos para as quais o psicanalista é chamado a diagnosticar e tratar.

O modelo estrutural edípico - lido equivocadamente na chave imaginária pai-mãe-bebê reais - acabou por chancelar a família burguesa enquanto estrutura que garantiria a saúde mental da prole. Se a psicanálise foi usada como munição para um modelo claramente ideológico de parentalidade, isso se deve a uma combinação complexa de condições oferecidas pelo capitalismo, pela necessidade de reproduzir normas sociais hegemônicas, mas também pela ferida narcísica que o romance familiar busca tamponar na forma do mito parental.

A parentalidade como prática garantidora da constituição, da formação e da educação dos sujeitos revela sua face obscura. A busca obsessiva por garantias é uma das grandes questões de nossa época, que encontra no especialista de hoje as pretensas respostas que foram imputadas aos mitos religiosos de outrora.

Muito além da mãe

Pensar os laços que uma geração estabelece para ser capaz de reproduzir corpos e, principalmente sujeitos, implica ir muito além do que se passa entre uma mãe e seu rebento, sem, no entanto, minimizar a importância dos laços fundamentais na relação um a um. Trata-se, pelo contrário, de refletir sobre o alcance e os limites dessas relações, dando-lhes o devido valor, para que não se impute à mãe responsabilidades e culpas históricas, que não lhe cabem.

A reprodução do laço social depende da relação entre sujeitos nascidos com diferentes competências biológicas para procriar, mediadas ou não pela medicina. A partir desse fato incontestável se faz a transmissão de valores da cultura, de lugares sociais, da transgeracionalidade em íntima relação com a estrutura mínima familiar. É nessa conjunção entre o real e a tentativa incessante de imaginarizá-lo e simbolizá-lo que se produz sujeitos, razão última da psicanálise.

Sem levar isso em conta, perpetuamos o uso mais canhestro que se pode fazer do termo “parentalidade”: instrumentalização de um suposto saber que permitiria o controle da transmissão geracional sem falhas. A consistência imaginária das figuras de pai e mãe, os equívocos recorrentes no uso dos termos “função materna” e “função paterna”, o apelo ao especialista que previne e garante estão aí para exemplificar esse risco.

“Pai” e “mãe” são termos problematizados pela psicanálise que produzem efeitos imaginários na clínica e na teoria. Seu uso aponta para a interpretação biológica, para o direito, para o gênero, para os papéis, para a educação, para as funções.

Se pensarmos em *termos biológicos*, é fácil identificar o sujeito cujo sexo é atribuído como sendo masculino como pai potencial e o cujo sexo é atribuído como sendo feminino como mãe potencial. Nesse sentido, a tarefa reprodutiva sustentaria uma distinção que se baseia no fato notório de que pessoas nascidas com ou sem útero vivem experiência corporais bem distintas ao procriar. A fugacidade da ejaculação se contrapõe à materialidade do corpo do bebê dentro do corpo de alguém na gestação. Os termos “maternidade” e “paternidade” costumam se fiar nessa diferença, ignorando que não podemos deduzir de forma inequívoca como essas experiências afetam cada sujeito na sua singularidade.

No que tange ao direito, sabemos que cabe à lei definir quem pode e quem não pode se denominar pai/mãe socialmente. Nem sempre pai/mãe de direito exercem as funções supostas, e muitas outras soluções podem ocorrer.

A clínica nos traz os casos de transição de gênero para embaralhar as cartas e desembaralhar efeitos imaginários provenientes das consistências que as interpretações da imagem do corpo podem produzir. Nos casos, por exemplo, em que uma pessoa nascida com útero se identifica como homem ou outro gênero que não mulher, a tendência é que os significantes pai/mãe possam ser intercambiáveis ou fixados no sexo designado na transição. Nesse caso, os gêneros homem/mulher seriam determinantes da escolha pelos termos pai/mãe tanto quanto a procriação biológica. Sujeitos não binários ou intersexo nos trazem ainda mais questões, como o uso do neologismo “mapa” - contração de *mamãe* e *papai* - ou o uso do nome de batismo do responsável. A clínica das transições de gênero revela que a partilha biológica da procriação - todo o ciclo perinatal de gravidez, parto, puerpério e aleitamento - não sustenta inequivocamente o uso dos termos pais/mães, abalando um dos pilares de sua justificativa.

No que tange aos *papéis*, teremos uma miríade de costumes nos lembrando que, embora a incumbência dos cuidados dos filhos venha sendo, ao longo da história, hegemonicamente das pessoas que gestaram, as variações são enormes. Os papéis de pai/mãe de hoje respondem ao período histórico no qual estamos inseridos e reproduzem o modelo burguês, cis, patriarcal e heterossexual.

É facilmente constatável como a precarização das condições de trabalho e das condições sociais têm efeito direto sobre uma parentalidade pensada em termos privados e neoliberais. Os cuidados com as crianças alcançaram a situação insustentável atual, na qual são tidos como de inteira e solitária responsabilidade das mães, exemplificado pelas mães chefes de família no Brasil. Em nenhum período histórico anterior, exceto em situações extremas de guerras e calamidades, a maternidade foi imaginada como tarefa individual, ainda que fosse prioritariamente feminina. O adoecimento social decorrente desse fato é notório na clínica psicanalítica. Trata-se de uma sociedade que se obstina

desastrosamente a reduzir as responsabilidades dos cuidados das novas gerações às já sobre carregadas mulheres, de forma catastrófica.

Nesse ponto, cabe discutir a que se refere a psicanálise, quando usa “função materna” ou “função paterna”, em tempos em que as responsabilidades sociais sobre o parentesco recaem erroneamente sobre as mães e mulheres.

A contribuição psicanalítica

Avessa aos discursos que prometem predição e garantias, a psicanálise se ocupa da escuta daquilo que responde pela produção dos fenômenos, bem como o que aponta para a incompletude do saber e para o que escapa às possibilidades de apreensão pela linguagem. A experiência é sempre maior do que a linguagem, que é incapaz de abarcá-la por completo. Esse resto que lhe escapa continua insistindo em não se fazer dizer. Dessa diferença entre a experiência e a linguagem emerge uma produção incessante de sintomas, atos falhos, sonhos, mas também de teorias, arte, religiões.

O psicanalista é aquele que dá ouvidos ao ruído, ao dissonante, a aquilo mesmo que as ciências tentam ignorar. Ao concentrar sua atenção no que em nós é o mais íntimo e mais estrangeiro – que nos move e que tentamos ignorar – a psicanálise não o faz com o intuito de catalogar mais uma doença, um desvio ou uma aberração. Contrariando as expectativas de tudo patologizar e apressadamente classificar, criando uma infindável lista nosográfica – como podemos ver nos atuais manuais diagnósticos de transtornos mentais –, o discurso psicanalítico reconhece nas formas do sofrimento humano as expressões possíveis de uma subjetividade única e da época na qual está inserida.

Na contramão da crescente especialização característica dos modos capitalistas – segmentar para produzir mais e melhor – a psicanálise aponta para o sujeito do inconsciente e sua singularidade. Não há, portanto, especializações em psicanálise, pois a pretensão de um saber totalizante no campo do humano conduz à surdez do que é próprio e singular de cada um. A clínica nos confronta com esse fato a todo instante. Mesmo médicos, premidos pela lógica da criação de protocolos para doenças previamente mapeadas, são capazes de reconhecer em sua clínica que sujeitos diferentes respondem diferentemente aos mesmos quadros e tratamentos.

Abordar a parentalidade a partir da psicanálise visa colocar em primeiro plano a importância de escutar como a angústia emerge no fenômeno parental em cada sujeito, de um lado, e as respostas que a cultura tem produzido diante desse fenômeno em nossa época, de outro. Longe de se constituir como saber especializado, trata-se de recortar um campo de estudos fértil para se debruçar sobre os desafios encontrados nesse momento da vida que, como pais ou como filhos, nos atravessa a todos. A parentalidade engendra um espectro de acontecimentos mapeáveis em diferentes níveis, e isso pode nos servir para limitar os ruídos na escuta das singularidades, mas não para generalizá-los. Cada sujeito, a partir da elaboração de sua história única, responderá de forma singular às forças que o campo parental convoca. Ao psicanalista cabe escutá-lo, ciente de quais são essas forças, mas sem a pretensão de saber de antemão as respostas que o sujeito produzirá tampouco o destino que será capaz de dar a esses acontecimentos.

A reprodução do laço social

A reprodução do laço social implica a manutenção de posições que se perpetuam geração após geração. Piera Aulagnier nos alertava para o contrato narcisista que se herda ao nascer e que promove as coordenadas da herança simbólica. Pensar a parentalidade nos obriga a reconhecer que os sujeitos estão submetidos a experiências distintas no cuidado com a prole e que nascer negro ou indígena, por exemplo, nas periferias do mundo implica estar submetido a um campo de fenômenos diferente da criança branca nascida fora de situações de vulnerabilidade social. Assim como o feminismo precisou incorporar gênero, racialidade, vulnerabilidade social, orientação sexual e exílio em suas discussões, a psicanálise não pode se furtar a pensar o atravessamento que essas realidades têm nas patologias sociais e nas singularidades e, portanto, na parentalidade. Cientes de que cada sujeito responderá de forma única aos fenômenos, não podemos nos eximir de estudá-los, sob pena de reproduzir suas mazelas.

Assim teremos uma abordagem eminentemente crítica das condições nas quais os laços fundamentais têm se reproduzido para muito além da dupla cuidador-bebê sem, contudo, perdê-la de vista.

Abarcar tema tão vasto implica escolher alguns caminhos em detrimento de outros. Nos capítulos a seguir, os caminhos

escolhidos são expostos com a pretensão de contribuir para a discussão iniciada por Freud, ao se perguntar sobre a origem do psiquismo e sobre os laços fundamentais que o engendram. As discussões sobre o uso ideológico do termo *parentalidade*; a escolha da *psicanálise* como forma de abordá-lo; a reprodução de *corpos* – que entre humanos é sempre atravessada pelo simbólico; os *laços* que engendram sujeitos; os estudos de *gênero* e seus ruídos na teoria e na clínica; e os *tempos*, que fundam nossa existência, são trazidas nos cinco volumes desta coleção com o intuito de permitir que o vasto campo da parentalidade, aqui definida como a “produção de discursos e as condições oferecidas pela geração anterior para que uma nova geração se constitua subjetivamente em uma determinada época” seja minimamente contemplado. Para isso escolhemos os temas: Parentalidade, Laço, Gênero, Corpo e Tempo como eixos da coleção que aqui inauguramos.

A clínica a nos nortear

A clínica com gestantes e com mães e pais de bebês tem evidenciado que as transformações do corpo na perinatalidade e os movimentos subjetivos necessários à construção do lugar parental exigem um trabalho psíquico intenso e, muitas vezes, produzem efeitos disruptivos. Não é raro recebermos homens e mulheres às voltas com o suicídio e com ameaças à vida dos bebês ou, ainda, envoltos em construções delirantes e inibições que impedem ou perturbam diversas áreas de suas vidas. Essas situações nos convocam a refletir sobre o que ouvimos em tantos outros casos nos quais a experiência de desamparo e vulnerabilidade emocional acompanham transformações e adoecimentos.

Os autores que aceitaram o desafio de compartilhar suas reflexões teórico-clínicas no campo da parentalidade a partir da abordagem psicanalítica – bem como os convidados que nos brindaram com interfaces de outros saberes – são exemplares no entendimento da inextricável relação entre subjetividade, laço social e época.

Os capítulos que compõem este volume dão consequência às questões acima, trabalhadas por autores advertidos da complexidade do tema. Longe de propor o reducionismo, os textos mantêm o difícil equilíbrio entre a transmissão rigorosa da psicanálise e a linguagem mais acessível a outros leitores. Além disso, formam uma rede de reflexões na qual a leitura de um capítulo suscita questões a serem tensionadas em outro e assim por diante.

Miriam Debieux nos presenteia com o capítulo “Passa anel: famílias, transmissão e tradição”, no qual aponta para a reprodução dos laços de exclusão a que se presta a parentalidade e a necessidade ética de que estejamos atentos a isso. Texto fundamental para pensarmos o que reproduzimos, quando produzimos uma nova geração e qual seria o papel do profissional nos atravessamentos ideológicos. Seu texto aponta a crítica necessária para que a clínica não se faça refém dos meios de segregação, apostando nas voltas e reviravoltas que o exercício da parentalidade produz.

Temos também a contribuição sempre valiosa de Christian Dunker, que discorre sobre a questão dos efeitos da parentalidade sobre a conjugalidade no capítulo “Economia libidinal da parentalidade”. Tema este que se mostra ainda mais significativo em tempos nos quais as relações amorosas e familiares não se sustentam nos imperativos sociais de outrora. O impacto que a chegada do filho promove na organização libidinal do casal encontra no capítulo de Dunker um desenvolvimento precioso, no qual o autor propõe uma escuta mais acurada para esse momento crucial das relações amorosas e os fatores econômicos/libidinais em jogo.

Thais Garrafa mergulha na distinção entre função e posição materna – não necessariamente referidas às mães –, desvencilhando-se dos usos equivocados que rodam o tema ao abordar os “Primeiros tempos da parentalidade”. Utilizando com rigor e pertinência os conceitos de “ato”, “semelante” e “transitivismo”, faz avançar os estudos sobre essas funções, tão insistentemente imaginarizadas. Texto que coloca balizas importantíssimas para a teoria e, consequentemente, para a escuta clínica ao focar os efeitos do ato que a assunção dos semblantes pai e mãe têm sobre aqueles que o realizam e o tempo lógico no qual se fundam.

No capítulo “Reprodução de corpos e de sujeitos: a questão perinatal”, busco trabalhar o tema da perinatalidade (gravidez-parto-puerpério) um tanto negligenciado pela psicanálise. Questiono a interpretação implícita em algumas leituras psicologizantes de que a experiência da mãe biológica traria alguma vantagem para a construção da parentalidade quando comparada com outros cuidadores que não engravidaram e pariram. A violência na parturição também entra na conta da discussão sobre a situação cultural, de gênero e racial da qual têm emergido puérperas e bebês em nossa sociedade.

Daniela Teperman, na seção reservada para questão do mal-estar em nossa época, traz o capítulo “Parentalidade para todos, não sem a família de cada um”. Nele discute, a partir de sua longa e reconhecida pesquisa no campo, a incessante

busca de atribuir consistência aos semblantes pai e mãe no uso equivocado que se faz do termo “parentalidade”. Nos alerta também para uma pretensa dessexualização da transmissão familiar que retorna sintomaticamente na forma de violências contra crianças, uma das expressões mais pungentes do mal-estar contemporâneo.

A socióloga Marília Moschkovich fecha este volume, na seção dedicada à interlocução com outros saberes. De forma inspirada, usa a fictícia Técnica Ludovico, criada por Anthony Burgess no romance *Laranja mecânica* (1962), para pensar as questões de gênero na parentalidade no capítulo “Sobre laranjas mecânicas, feminismo e psicanálise: naturezae cultura na dialética da alienação voluntária”. Contribuição importantíssima por tensionar as questões da parentalidade e do feminismo, colocando no centro do debate a divisão de gênero não igualitária quanto aos cuidados, ao trabalho doméstico e à tarefa reprodutiva.

Segue aqui nossa aposta de que um trabalho com a parentalidade que dialogue com diversos saberes tem mais a contribuir para o entendimento das condições nas quais sujeitos se constituem como pais, mães e cuidadores. A partir daí, é a própria constituição do sujeito que se mostra em causa.

***Vera Iaconelli**, psicanalista, é doutora em psicologia pela USP. Autora, entre outros livros, de *Mal-estar na maternidade: do infanticídio à função materna* (Zagodoni).

Referência

Daniela Teperman, Thais Garrafa &Vera Iaconelli (orgs.). *Parentalidade*. Belo Horizonte, Autêntica, Belo Horizonte, 2020, 126 págs.

Bibliografia

-
- AULAGNIER, P. *A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro: Imago, 1979.
- BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BENEDEK, T. Parenthood as a developmental phase: contribution to the libidotheory. *Journal American Psychology Association*, n.